



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CAMPUS DO SERTÃO – UNIDADE EDUCACIONAL DE SANTANA DO IPANEMA**  
**GRADUAÇÃO DE BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS FORMAS DE  
MOBILIZAÇÕES ASSOCIATIVAS EM IGACI/ALAGOAS.**

**VANDERLAN BEZERRA DA SILVA**

**ALAGOAS, DEZEMBRO/2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CAMPUS DO SERTÃO – UNIDADE EDUCACIONAL DE SANTANA DO IPANEMA**  
**GRADUAÇÃO DE BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS FORMAS DE  
MOBILIZAÇÕES ASSOCIATIVAS EM IGACI/ALAGOAS.**

**VANDERLAN BEZERRA DA SILVA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
submetida a Universidade Federal de  
Alagoas como exigência à obtenção do  
título de Bacharel em Ciências  
Econômicas.

**Orientador: Prof. Gírleno Costa Pereira, MSc**

**ALAGOAS, DEZEMBRO/2019**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Unidade Educacional de Santana do Ipanema**  
Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

S586e Silva, Vanderlan Bezerra da

A economia solidária e as formas de mobilizações associativas em Igaci/Alagoas / Vanderlan Bezerra da Silva. – 2019.  
53 f. : il.

Orientação: Girleno Costa Pereira.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2019.

Bibliografia: f. 46 – 49.  
Apêndice: f. 50 – 53.

1. Economia Solidária. 2. Associativismo. 3. Desenvolvimento local.  
I. Título.

CDU : 33



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CAMPUS DO SERTÃO – UNIDADE EDUCACIONAL DE SANTANA DO IPANEMA  
GRADUAÇÃO DE BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

### PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

#### ***A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS FORMAS DE MOBILIZAÇÕES ASSOCIATIVAS EM IGACI/ALAGOAS.***

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o candidato VANDERLAN BEZERRA DA SILVA **APROVADO** em 19/12/2019.

Orientador:

Prof. Gileno Costa Pereira, MSc.  
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:

Prof. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa, DSc.  
Universidade Federal de Alagoas

Prof. Alcides José de Omena Neto, MSc.  
Universidade Federal de Alagoas

## DEDICATÓRIA

Dedico a Jah, que em sua imensa sabedoria, não escolhe os capacitados, mas capacita os escolhidos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro a lugar a Jah, Buda, Oxalá, Deus, entre outros, pois independente da nomenclatura imposta pelos habitantes da terra, sei que é a ele a quem devo agradecer por ter me aberto portas. Portas essas pelas quais consegui atingir este objetivo tão importante em minha vida, e sei que, junto dele, tipo prego na madeira, irei cada vez mais longe.

Não posso deixar de agradecer também a minha mãe, que mesmo sem a companhia de um marido, sem trabalho e sem renda fixa, criou seus dois filhos, e apesar de todos esses obstáculos, sempre me apoiou e me incentivou a continuar meus estudos. Bem como ao meu primo Juliano, cujo qual fez o papel de pai, amigo, educador, de base para minha formação, tanto acadêmica quanto social.

Não obstante a isso, sou enormemente grato aos membros da AAGRA, em especial a Gleice Mary Gomes, com a qual tive o primeiro contato com a associação e mais ainda a Maria Gisely Oliveira, pois graças à ajuda dela pude conhecer Igaci, os agricultores rurais, os comerciantes que utilizam a moeda terra e realizar toda a pesquisa de campo necessária a este trabalho. Agradeço também aos admiráveis agricultores, que em sua simplicidade me receberam de forma tão especial em seu ambiente de trabalho, em especial as senhoras Antônia Lopes, Josefa Aline, Andréia Cristina e sua filha Elisângela Bezerra, pela comida, pelo apoio, por toda a educação, todo o bom papo e pelo acolhimento durante a realização da pesquisa, vocês são como várias mães, nunca me esquecerei de nenhuma de vocês.

Além disso, não posso esquecer-me dos comerciantes, que dispuseram um pouco de seu tempo para responderem os questionários, graças a vocês consegui demonstrar a importância do uso de uma moeda social e da cooperação, visando o bem da comunidade. Em suma, serei eternamente grato a todos vocês que fazem parte dessa surpreendente associação.

Não posso deixar de lado meu orientador, Prof. Girleno Costa Pereira, MSc., pois graças as suas orientações, auxílios, e dicas, consegui produzir este trabalho.

Por fim, agradeço a meus amigos, que além de me apoiarem, me incentivarem, me acompanharam em cada etapa de produção deste trabalho, ouvindo (ora por vontade própria, ora não) e me aconselhando. Em especial sou

grato ao Arthur Prado, que abriu as portas de sua casa durante os dias de pesquisa, além de todas as dicas e conselhos, valeu mano!

Várias são as pessoas a quem agradeço, e não acho isso algo ruim, muito pelo contrário, isso apenas me incentiva a ir mais longe, pois sei que existem muitas pessoas que me apoiam e incentivam e que sei que poderei contar sempre. Durante a realização desse trabalho adquiri um vasto conhecimento, mas mais importante que isso, ganhei novos amigos, novos irmãos! Um forte abraço a todos vocês.

Ps. Me perdoem caso eu tenha esquecido de agradecer a alguém, é muita gente.

## RESUMO

A ideia de que a formação de laços de cooperação e a organização dentro da economia solidária podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida de populações pobres tem adquirido força entre teóricos e atores políticos. Nesse sentido, este trabalho é utilizado para apontar quais empreendimentos cooperativos e como funcionam as interações entre os diferentes agentes no território em Igaci/Alagoas, demarcada como um ambiente reconhecidamente inserido nessa economia mais social. A fim de que se cumpram os objetivos propostos o método de pesquisa é do tipo exploratório com ênfase qualitativa. A partir de materiais coletados por levantamentos documentais, entrevistas individuais e observações, projetou-se um corpus capaz de maximizar a variedades de sentidos dentro da economia solidária. Os resultados apontam para a composição de uma rede de instituições e agentes organizados no município que vão desde as ações da AAGRA, a feira agroecológica e as finanças solidárias, com ativação dos mais diferentes recursos para o desenvolvimento social, local e regional.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; associativismo; desenvolvimento local.



## **ABSTRACT**

The idea that forming cooperative ties and organizing within the solidarity economy can contribute to improving the quality of life of poor populations has gained strength among theorists and political actors. In this sense, this work is used to point out which cooperative enterprises and how the interactions between the different agents in the territory in Igaci / Alagoas work, demarcated as an environment admittedly inserted in this more social economy. In order to achieve the proposed objectives the research method is exploratory with qualitative emphasis. From materials collected by documentary surveys, individual interviews and observations, a corpus was designed to maximize the variety of meanings within the solidarity economy. The results point to the composition of a network of institutions and agents organized in the municipality ranging from AAGRA actions, the agroecological fair and solidarity finance, with activation of the most different resources for social, local and regional development.

**Keywords:** Solidarity economy; Associativismo; Local development

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa do estado de Alagoas com locação do município de Igaci.....	26
Figura 02 - Logotipo do banco Olhos D' Água e Moedas Sociais .....	40

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Diferenças de conceitos entre cooperativa e associação.....	<b>Error!</b>
	<b>Bookmark not defined.9</b>
Quadro 02 - Fases da incubação do Banco Comunitário Olhos D'Água .....	39

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – População de Igaci em 2010. ....	27
Tabela 02 - Produtos comercializados e preços praticados na Feira de Igaci.....	33

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Faixa etária dos consumidores entrevistados na Feira de Igaci-AI.....	34
Gráfico 02 - Escolaridade dos consumidores entrevistados na Feira de Igaci-AI.....	34
Gráfico 03 - Renda média mensal dos consumidores na Feira de Igaci-AI.....	35
Gráfico 04 - Frequência de compras dos consumidores na feira .....	36

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AAGRA** - Associação de Agricultores Alternativos

**ASA** - Articulação do Semiárido

**COOPERAGRE** - Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Alagoano

**FUNDAF** - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**ITES** - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária

**MAPA** - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social

**MTC** - Movimento dos Trabalhadores do Campo

**OCS** - Organismos de Controle Social

**UFAL** - Universidade Federal de Alagoas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.3</b>
<b>2. APORTE TEÓRICO .....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.5</b>
2.1. A Economia Solidária .....	<b>Error! Bookmark not defined.5</b>
2.2. Economia solidária e o associativismo .....	<b>Error! Bookmark not defined.7</b>
2.3. Desafios e práticas da economia solidária dentro dos territórios .....	20
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.3</b>
3.1. Natureza da pesquisa .....	<b>Error! Bookmark not defined.3</b>
3.2. Procedimentos de coleta de dados .....	<b>Error! Bookmark not defined.4</b>
3.3. Definição da amostra e procedimentos de análise .....	<b>Error! Bookmark not defined.5</b>
<b>4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ..</b>	<b>Error! Bookmark not defined.6</b>
4.1. As formas de coordenação da economia solidária em Igaci/Alagoas ....	<b>Error! Bookmark not defined.6</b>
4.2. A Associação de Agricultores Alternativos - AAGRA ....	<b>Error! Bookmark not defined.8</b>
4.3. A feira agroecológica em Igaci .....	30
4.3.1. <i>Os produtores da feira agroecológica em Igaci</i> .....	<b>Error! Bookmark not defined.1</b>
4.3.2. <i>Produtos e preços praticados</i> .....	<b>Error! Bookmark not defined.2</b>
4.3.3. <i>Perfil Socioeconômico dos Consumidores da feira.</i>	<b>Error! Bookmark not defined.3</b>
4.4. As Finanças solidárias em Igaci – COOPERAGRE E Banco Comunitário Olhos D'Água.....	<b>Error! Bookmark not defined.6</b>
4.4.1. A COOPERAGRE.....	<b>Error! Bookmark not defined.7</b>
4.4.2. O banco comunitário Olhos d'água.....	38
4.4.3. Percepção e formas de uso da moeda social Terra no território de Igaci/Alagoas .....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>46</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>50</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Estudar, analisar, e trabalhar a atividade econômica deve-se sempre ocorrer baseada em uma condição única, a de ocorra de tal forma que se produza tudo o que é necessário à perpetuação da condição humana, respeitando o meio em que se encontra e da melhor forma possível. No entanto, com o passar dos tempos, a humanidade manipulou a economia baseada em outra condição, a do lucro, e isso gerou diversos efeitos negativos para a população, especialmente as mais vulneráveis socialmente.

Nesse sentido, a economia solidária, segundo Veiga (2004), no seu ressurgimento por volta dos finais do século XX, afigurou-se como uma resposta dos trabalhadores à reestruturação produtiva e ao uso abusivo e sem critérios de novas tecnologias que provocaram, ainda que sem intenção, despedimentos em massa, encerramento de firmas e marginalização cada vez maior, sobretudo nos países do chamado Terceiro Mundo.

Esse tipo de economia mais social é um fenômeno que vem ganhando, cada vez mais destaque no Brasil e no mundo dentro dos territórios, pois é justamente nesse espaço onde é possível observar os resultados de medidas, políticas e ações fundamentadas nesse modelo econômico. Nesse sentido, é possível averiguar as ações aplicadas neste campo, bem como os seus resultados, e é justamente nesse sentido que se baseia essa pesquisa.

De acordo com dados da Agenda Institucional do Cooperativismo em 2019, o setor da economia solidária movimenta anualmente R\$ 12 bilhões, com mais de 6,8 mil cooperativas responsáveis por quase 400 mil empregos formais, com base na solidariedade e na igualdade (OCB, 2019). Talvez uma problemática apareça em identificar e caracterizar dentro de um território socialmente construído quais ações venham a definir as práticas solidárias, o que viria a facilitar o delineamento das políticas públicas de promoção e fortalecimento do setor.

Para tanto, objetiva-se assim nesse estudo analisar como são construídas as mobilizações dos agentes no contexto da economia solidária dentro de um ambiente institucional e organizacional construído socialmente, ao considerar as diversas formas de coordenação dos agentes envolvidos no território de Igaci, no agreste alagoano. Associados a referido objetivo geral, são listados como objetivos

específicos identificar e caracterizar as organizações envolvidas no processo; apresentar dados socioeconômicos dos agricultores familiares e dos consumidores dos produtos provindos da agricultura familiar, além de apontar a coordenação dos agentes dentro do associativismo e das finanças solidárias.

A escolha dessa região como espaço geográfico de análise se dá pelo fato de Igaci ser uma das regiões onde a economia solidária encontra-se fortemente difundida e enraizada em sua comunidade, tanto no meio cultural quanto no âmbito das finanças solidárias, uma vez que é justamente nesse município que a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal de Alagoas (ITES/UFAL) – Campus Arapiraca colocou em prática projetos como a Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Alagoano (COOPERAGRE) e o Banco Comunitário Olhos D'água.

Desta forma, no intuito de caracterizar e analisar essas questões, o trabalho mostra-se estruturado em capítulos para atender aos objetivos propostos. O primeiro deles contém os aspectos iniciais da pesquisa, delimitando o tema e os objetivos a partir do problema que direciona a pesquisa, bem como se justifica a realização do estudo.

O segundo capítulo trata do referencial teórico acerca da economia solidária com definições e contexto histórico, a relação com o associativismo, bem como desafios e práticas da economia solidária dentro dos territórios. Já no terceiro capítulo, têm-se os aspectos metodológicos, com a natureza da pesquisa realizada, os procedimentos para a coleta de dados e, por fim, a definição da amostra e a forma de análise dos mesmos, com entrevistas acontecidas em outubro de 2019.

O capítulo seguinte comporta os resultados obtidos, de acordo com os dados primários, secundários e demais informações coletadas. Analisam-se estes, discorrendo sobre as bases da economia solidária e o processo de coordenação dos agentes e atores envolvidos no ambiente do agreste alagoano. No quinto capítulo, por fim, faz-se o encerramento da pesquisa, reunindo as conclusões obtidas a respeito da análise sobre as práticas solidárias de cooperação no local de estudo.

## **2. APORTE TEÓRICO**

Nessa sessão será apresentada a estrutura teórica escolhida para dar suporte à pesquisa. Inicialmente, discute-se o conceito de economia solidária, com contexto histórico e uma visão mais atual. A seguir a relação entre economia solidária e associativismo/cooperativismo bem como apresentar os desafios e práticas da economia solidária dentro dos territórios.

### **2.1. A Economia Solidária**

O termo economia solidária no Brasil ganha forte destaque ao longo dos anos de 1990, muito embora o país possua tradição de cooperativa de consumo desde 1887, segundo Gaiger (2013), graças a algumas iniciativas econômicas que foram sendo reconhecidas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão. Mais à frente, o autor trata que sua expansão passa a abranger as mais diversas categorias sociais e formas de organização como associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, finanças solidárias, etc.

Os estudiosos dessa economia mais social no Brasil, como exemplo Guerra, (2002); Pinto (2006) e Gaiger, (2011), convergem quanto às transformações históricas que tiveram maior impacto sobre o aparecimento e a revitalização de práticas associativas e cooperativas. Para estes, o reconhecimento de práticas solidárias vem a ser notada através do no envolvimento cotidiano de seus membros, na socialização dos recursos produtivos e na adoção de princípios de equidade.

Quanto as transformações históricas causadas por práticas solidárias, infere-se, em primeiro lugar as mudanças no modelo de acumulação capitalista, que de acordo com Lima (2008) trata-se de um modelo econômico focado inteiramente na obtenção e elevação de lucro, fazendo com que o ser humano fique em segundo plano. Gadotti (2009) colabora com isso ao afirmar que o capitalismo historicamente possui como molde produtivo um tipo de hierarquia, onde existem os subordinados e os que subordinam.

E é essa forma de subordinação que acaba por gerar muitas consequências. Leonello (2010) exemplifica ao trazer a marginalização ou perda de lugar na sociedade que pode ser sentida pela expulsão do mundo do trabalho, observada

pelo desemprego e pela participação da população economicamente ativa na economia informal. Instituições específicas do setor, como o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) nos trazem dados que conformam essa problemática:

Os dados mais recentes mostram que, apesar de alguns indicativos de uma dinâmica recente mais favorável (com geração de empregos apesar dos indicadores ruins de atividade econômica), o mercado de trabalho brasileiro segue bastante deteriorado, permeado por altos contingentes de desocupados, desalentados e subocupados. No que diz respeito à desocupação, nota-se que vem crescendo o número de desempregados que estão nesta situação há mais de dois anos. Se, no primeiro trimestre de 2015, 17,4% dos desocupados estavam nessa situação, no mesmo período de 2019, essa porcentagem avançou para 24,8%, o que corresponde a 3,3 milhões de pessoas (IPEA, 2019, p. 1).

No entanto, Milani e Grade (2011) ressaltam que o sistema capitalista é uma “faca de dois gumes”, onde de um lado tende a marginalizar uma grande parcela da sociedade e de outro cria as possibilidades para que esses saiam dessa zona de exclusão. Para Leonello (2010), a união social de indivíduos em associações ou cooperativas, nada mais é do que uma expressão de seus direitos através de sentidos coletivos, ou seja, uma luta pela dignificação do homem, uma luta pela cidadania.

É nesse sentido avesso ao modo de produção capitalista que, na visão de Gadotti (2009) se direciona a economia solidária. Para o autor, as instituições, sejam elas associações, cooperativas, arranjos produtivos locais, etc., que se utilizam da economia solidária, põe em movimento um tipo diferente de modo de produção, regido pela igualdade e superação da alienação produzida pelo trabalho assalariado, fomentando assim uma economia pautada no valor de uso e não no valor de troca. Para o autor:

A economia solidária destaca-se como um rico processo em curso, regido pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão social e da emancipação. Ela representa uma grande esperança de transformação do modo como produzimos e reproduzimos nossa existência no planeta [...]. Trata-se, na verdade, de uma desmercantilização do processo econômico [...]. Essa desmercantilização não significa desmonetarização ou o fim do mercado, mas sim a eliminação do lucro como categoria (GADOTTI, 2009, p. 25 e 26).

Em uma definição mais ampla, Singer (2008) afirma que a economia solidária tem como representação máxima a igualdade e a autogestão. A igualdade em uma entidade de economia solidária permite que todos os membros possuam os mesmos direitos e meios de produção. Já na questão da autogestão, os negócios são



administrados pelos próprios sócios e de forma democrática, ou seja, cada sócio tem direito a um voto, independente da função que este desempenhe, salienta o autor.

Kruppa (2005) consolida esse raciocínio quando afirma que ao contrário da empresa capitalista, onde cada trabalhador executa apenas as tarefas que lhe foram designadas, na economia solidária cada trabalhador possui a responsabilidade de zelar da empresa, pois ela também é sua. O que acontece, segundo Gaiger e Laville (2009), é um estímulo sistemas mais amplos de reciprocidade, nos quais as vivências concretas de gestão do bem comum conferem um novo valor às noções de justiça e de interesse público.

É necessário salientar que práticas da economia solidária em determinado território demanda uma mudança cultural, este ocorrendo de modo gradativo sem uso de grandes imposições. Para Gadotti (2009) e Leonello (2010) trata-se de uma mudança gradual de valores e princípios que orientam o comportamento das pessoas em determinado local, visando o que é de fato sustentável, autogestionário e solidário, levando a manutenção do vínculo social.

## **2.2. Economia solidária e o associativismo**

O agir coletivo da economia solidária institui, conforme nese (2008) e Santos (2010) novos sujeitos, de modo a abranger categorias sociais e modalidades diversas de organização, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa. E dentro desse campo, as associações e cooperativas de economia solidária são modelos para qual mais se converge a maior parte dos programas de promoção de iniciativas comunitárias.

As consequências geradas pela globalização, especialmente no que se refere aos processos acirrados de competição do mercado, deixando de fora aqueles que menos detêm recursos a sua disposição, tem estimulado grupos e organizações a procurar cada vez mais alternativas e mecanismos que visem confrontar ou mesmo amenizar os efeitos do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, o cooperativismo vem sendo apontado, segundo Lago et al. (2006) como ferramenta de auxílio para a superação das dificuldades individuais, além de revelar uma redução da competitividade, gerando benefícios de essencial importância para esse tipo de organização, e que não se restringe tão somente às

práticas produtivas dos seus membros, abrangendo assim às demais atividades associativas de forma coletiva, abrindo espaço para a participação democrática.

Dentro dessa perspectiva, Rodríguez (2002) nos diz que o associativismo surge então como uma forma de resistência face aos efeitos excludentes do capitalismo, uma vez que buscam superar a divisão existente entre capital e trabalho, rachando o modelo de propriedade privada e o sistema administrativo de graus de subordinação “hierarquia” utilizado pelas empresas. Para Birchall (1997) esse pensamento e prática das instituições cooperativistas remontam o capitalismo industrial, em 1826, como reação contra o empobrecimento provocado pela conversão massiva de camponeses e pequenos produtores em operários das fábricas pioneiras do capitalismo industrial.

Rodríguez (2002) ainda nos traz a prerrogativa que essa forma de organização leva ao que se chama de desenvolvimento alternativo, uma vez que essas instituições buscam, e geralmente alcançam resultados próximos ou iguais aos atingidos pelas empresas tradicionais, eliminando o autoritarismo e os efeitos desiguais moldados pelo tipo de desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo em que o incentivo a formação de associações pode ser utilizada como alternativa efetiva para o problema do desemprego, especialmente em épocas de crise econômica.

No caso brasileiro, Oliveira e Santos (2012) destacam que dentre todas as formas associativas, a que mais se evidencia são aquelas direcionadas para a produção agrícola, especialmente a partir de 1960, uma vez que estas se beneficiaram de inúmeras políticas utilizadas como parte do “projeto de modernização da agricultura”, utilizado no país após aquela década. É um meio, de acordo com Miranda (1998), de organização em que os produtores rurais alcancem possibilidades significativas de melhoras na sua produção e qualidade de vida.

Entretanto, Oliveira e Santos (2012) trazem uma problemática ao inferir que a natureza desse processo possui uma tendência em se modificar com o passar dos tempos, para que essas organizações deixem de atender aos objetivos em comum aos seus membros integrantes, para atender aos aspectos exigidos pelo capitalismo.

Para o autor:

A cada tempo, é possível observar que o desenvolvimento dos princípios cooperativistas passou por adequações para atender às formas que o capitalismo exigia. Na análise da constituição desse modelo de produção no Brasil, verifica-se o ajuste das práticas cooperativas e associativas às

necessidades do grande capital, na medida em que seus princípios são revertidos aos objetivos do Estado, representado pela classe dominante (OLIVEIRA e SANTOS, 2012, p. 70).

Superadas essa questão, Kunzler e Bulgacov (2001) direcionam o debate acerca das estratégias de sustentabilidade de pequenas propriedades rurais, no qual os produtores enxergam o associativismo como uma opção, visto que esse fenômeno é de alguma maneira de natureza insubordinada, e que a cooperação lhes possibilita alcançar objetivos em comum e benefícios mútuos. Para Pires (2010) a identificação do associativismo com a ideia de laços sociais, solidariedade, sentimento de pertencimento e de raízes locais traz subsídios para se pensar o território e o desenvolvimento local.

Afora a visão de alguns autores sobre o processo de associativismo e cooperativismo, existe também o posicionamento da legislação brasileira sobre essas instituições. Esse posicionamento refere-se basicamente a forma como as associações e as cooperativas devem ser instituídas, bem como as diretrizes para seu funcionamento, admissão e/ou exclusão de membros, dissolução, tipo de atividade com a qual irá trabalhar, entre outras coisas. O quadro 01 a seguir apresenta um resumo desses dois tipos de sociedade:

**Quadro 01 – Diferenças de conceitos entre cooperativa e associação**

<b>Associação</b>	<b>Cooperativa</b>
União e organização de pessoas com fins não econômicos;	Sociedade de pessoas com natureza jurídica e civil próprias, formadas com o objetivo de prestar serviços a seus associados;
Direitos iguais a todos os associados, exceto no caso de possuir um estatuto que institua vantagens a alguma categoria;	Cada membro possui apenas 01 voto, independente da quantidade de sua participação;
Exclusão de associado só ocorre por justa causa;	Exclusão do associado se dará por dissolução da cooperativa, morte, incapacidade civil ou não cumprir com os requisitos estatutários;
Quando dissolvida à associação, a sobra de seu patrimônio líquido será destinada para outra instituição sem fins lucrativos;	Quando dissolvida à cooperativa, deverá reembolsar os associados em suas partes e destinar o restante do patrimônio (se houver) ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo;
Não determina a quantidade mínima ou máxima de associados;	Mínimo de 20 associados, não havendo quantidade máxima, desde que as admissões posteriores sejam de pessoas que pratiquem as mesmas ou a correlatas atividades;
Não trata sobre esse aspecto;	Não existe vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados;

Não trata sobre esse aspecto;	Podem adotar qualquer tipo de serviço, atividade ou operação, desde que utilize obrigatoriamente o título de “cooperativa” em sua denominação.
-------------------------------	--

**Fonte:** Elaboração própria baseada em BRASIL (1971), e BRASIL (2002).

O que se observa então, segundo Kunzler e Bulgacov (2011), é que esse tanto associações quanto cooperativas rurais possuem a capacidade de unificar uma quantidade significativa de produtores, em sua maioria de pequeno porte, que espalhados em grandes espaços territoriais, geralmente pouco organizados, não são capazes de formular o preço de seus próprios produtos, tornando-os frágeis e reduzindo sua participação perante o agronegócio, além de suas demandas sociais da comunidade.

### **2.3. Desafios e práticas da economia solidária dentro dos territórios**

Caracterizado por concepções e práticas inspiradas em valores culturais, a economia solidária, conforme MTE/Senaes (2008), objetiva colocar o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada de capital. Conforme o autor:

São práticas de produção, comercialização, finanças e de consumo, que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, e a justiça social [...] construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos (MTE/Senaes, 2006, p. 57).

O que são expostos, no entanto, em determinados territórios onde são observados os princípios da economia solidária é o desafio de que tais práticas não sejam apenas intermediárias ou compensatórias. Dentre as mais visualizadas formas de mobilizações para a manutenção nos territórios dessa economia social, Gadotti (2009) cita a certificação de produtos agroecológicos com valorização ao agricultor familiar; a comercialização de mercadorias, representado sobretudo pelas feiras agroecológicas e as finanças solidárias.

A certificação de produtos é um fenômeno resultante de uma preocupação das pessoas em relação à procedência dos produtos que consomem. Para Peretti e Araújo (2010) os selos de qualidade, são mecanismos utilizados tanto pelo Estado quanto pelo setor privado, e tem como objetivo atender as demandas do mercado

externo e/ou compradores mais exigentes, melhorar a aparência dos produtos ou agregar valor ao seu produto, entre outros.

Quando colocamos a atenção nos produtos agroecológicos obtidos da agricultura familiar tem-se cada vez instrumentos de qualificação que exprimem a mudança de um sistema agroalimentar de “transformação” para um de “preservação”. Para Murdoch, Marsden e Banks (2000), a qualidade no setor alimentar, como ela está sendo percebida atualmente, está intimamente ligada ao território e ao enraizamento das cadeias de abastecimento.

Para Caldas *et al* (2012) há um enfoque em buscar formas de certificação, cujo o objetivo é o de facilitar o acesso ao selo de qualidade aos produtos. São sistemas baseados na capacidade dos próprios agricultores familiares em estabelecer mecanismos de controle e regulação sobre a produção de orgânicos, sem prejuízo do cumprimento das normas gerais de certificação consagradas na legislação nacional. Ou seja, são sistemas de certificação participativa, onde diferentes atores sociais atuam coletivamente em prol da criação de selos endógenos.

Como exemplo desse tipo de certificação, Radomsky (2009) cita o caso da Rede de Agroecologia Ecovida, que utiliza um sistema de certificação onde seu reconhecimento não se dá por mecanismos de verificação desempenhados por técnicos ou avaliadores, mas pelos próprios agentes que fazem parte dessa rede de comercialização, como agricultores, consumidores e mediadores da rede. Neste caso em específico, a certificação é gerada a partir da seriedade atribuída á todo o processo produtivo, iniciando na palavra da família agricultora e se legitimando socialmente nas redes organizacionais das quais o produtor faz parte.

A comercialização desses produtos agrícolas provenientes da economia solidária sempre se mostrou diversificada no Brasil. Porém, conforme Lima (2008), são compostos por empreendimentos pequenos que geralmente concorrem com empresas capitalistas de grande porte, fazendo com que essa concorrência desigual facilite não apenas a descontinuidade da organização solidária, mas com que agricultores enfrentem alguns obstáculos que não são fáceis de serem superados.

Apesar dos inúmeros entraves, alguns circuitos curtos de comercialização dos produtos agrícolas têm se mostrado bastante eficazes para a continuidade das práticas da economia solidária e ampliação até mesmo de canais de comercialização locais, como mercearias, lojas de produtos naturais, lanchonetes,

mercadinhos, entre outros. As feiras de Agricultura Familiar ou Feiras Agroecológicas encontram-se nesse contexto relacionado à forma de comercialização de produtos agrícolas.

Para Leal, Navas e Almeida (2018) são alternativas orientados para os mercados locais e proporcionam melhores retornos econômicos para o agricultor, englobando ao mesmo tempo relações sociais, modos de fazer, tática e estratégias de produção e negociação. Além disso, a venda direta proporciona maior proximidade entre agricultor e consumidor e auxilia a sustentabilidade da produção, desenvolve condições para práticas de reciprocidade, impulsiona a criação de associações e cooperativas e promove o desenvolvimento local.

O campo das finanças solidárias, de acordo com Silva (2017), vem ganhando cada vez mais destaque no Brasil. Esse modelo de finanças busca dar suporte as atividades produtivas fornecendo recursos financeiros, com acesso facilitado, capazes de colocar em funcionamento novos empreendimentos ou de impulsionar empreendimentos já existentes. Nesse sentido, muitas localidades se organizam para desenvolver formas alternativas que contemplem as necessidades existentes em suas localidades uma vez que, mesmo nas comunidades mais pobres de nossa sociedade, existe uma dinâmica financeira que não pode ser ignorada, mas que acaba sendo excluídas pelo sistema financeiro tradicional.

Singer (2008) alega que um dos maiores problemas que a economia solidária enfrenta é o acesso ao crédito, pois a maioria das entidades ou não se encaixam nas possibilidades de crédito existentes ou estes tendem a ser muito onerosos para as instituições. Logo, essa parte da população excluída tende a buscar meios informais que atendam às suas necessidades, com serviços que mais à frente venha a explorar a necessidade das famílias.

Por outro lado, Silva (2017) aponta para a existência de entidades que se destacam dentro dessas circunstâncias adversas. Dentre elas podemos citar as cooperativas de crédito, fundos ou bancos comunitários de desenvolvimento. Assim, esse tipo de instituição possui uma forte ligação comunitária e local, além de organizarem-se para dar suporte financeiro e técnico a projetos familiares e associativos de geração de trabalho e renda, sob os princípios da economia solidária.

Uma característica específica das finanças solidárias trazida sobretudo pelos bancos comunitários é o fato de que muitos deles trabalham com as chamadas moedas alternativas, ou moeda social circulante local. Para Segundo e Magalhães (2009) o objetivo é fazer com que o dinheiro circule na própria comunidade, ampliando o poder de comercialização local, promovendo a circulação da riqueza na comunidade, gerando localmente trabalho e renda.

Todas essas iniciativas funcionam como instrumentos que têm por finalidade contribuir com a sobrevivência de experiências que estão no campo da economia solidária, envolvendo pessoas em vulnerabilidade social ou que buscam desenvolver iniciativas autônomas de organização econômica. Neste caso, Leal, Navas e Almeida (2018) nos dizem que o intuito de incubar essas ações no território é apoiar um significativo contingente de pessoas que estão na economia popular em variadas atividades realizadas de forma individual ou familiar.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Com base nos objetivos delineados, foi realizada uma pesquisa qualitativa em nível exploratório. Assim, para o satisfatório cumprimento dos fins do estudo, será relatada nesta etapa a natureza da pesquisa, a seleção da amostra e, por fim, os procedimentos para a coleta dos dados.

#### **3.1. Natureza da pesquisa**

A presente pesquisa caracteriza-se por ser híbrida, com dados qualitativos e quantitativos e de caráter exploratório, haja vista possibilitar um melhor entendimento e compreensão do fenômeno analisado, principalmente pelo caráter inovador da temática abordada, onde o assunto sobre a economia solidária em municípios rurais já possui bastante relevância no meio acadêmico brasileiro, especialmente no que se refere à realização de trabalhos empíricos.

Para Neves (1996) e Silverman (2009) pesquisas híbridas com enfoque mais qualitativo trazem a capacidade de estudar fenômenos simplesmente indisponíveis em qualquer lugar, além de possibilitar o uso de vários artifícios de coleta,

tratamento e análise de dados. Os autores destacam a necessidade de uma íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado dentro de uma pesquisa, considerando as limitações como parte influenciadora da investigação e da construção social da realidade.

O caráter exploratório da pesquisa, conforme Gil (2002) possibilita uma maior proximidade com o problema em questão, com a intenção de torna-lo mais compreensível, através do aperfeiçoamento de ideias. Lakatos e Marconi (2010) corrobora com o autor ao dizer que a pesquisa exploratória consiste na formulação de questões ou de um problema com três fins: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente ou fato para uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e esclarecer conceitos.

O objeto e o espaço da pesquisa ficam delimitados no município de Igaci que está localizado na Mesorregião do agreste de Alagoas, no entroncamento rodoviário de Palmeira dos Índios e Arapiraca, dois dos maiores municípios do interior do estado. Trata-se de uma região predominantemente rural, com forte participação da agricultura familiar voltada para a subsistência e comercialização em programas públicos de aquisição de alimentos, além de mercados e feiras livres.

### **3.2. Procedimentos de coleta de dados**

O levantamento documental se fez necessário para se compreender o contexto econômico, social e político no qual se situa o objeto de estudo. Para construção do corpus documental, foi levada em conta a possibilidade de acesso e disponibilidade das informações pelas instituições, além de critérios de relevância dos dados, desde artigos científicos em plataformas de busca diversas (Google Scholar, Scielo), boletins internos das associações, tabela de preços dos produtos agroecológicos, redes sociais das associações e cooperativas.

Para obter os significados da economia solidária em diversos momentos do circuito dentro do município a coleta de dados primários se deu através da inclusão do material resultante de entrevistas individuais semiestruturadas. Para Triviños (1990, p.116), a entrevista semiestruturada pode ser definida como:

Aquela que parte de certos questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferece amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses, que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira o



informante, seguindo espontaneamente a linha do seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1990, p.116).

### **3.3. Definição da amostra e procedimentos de análise**

A amostra foi selecionada de modo a enfatizar as atividades e o relacionamento dos agentes, as organizações e as instituições e sua análise ocorrida por meio qualitativo e quantitativo. No caso das organizações, considera-se a integração com as práticas da economia solidária na região, que, no conjunto, produzem as singularidades da região e dos agentes em estudo.

Por isso, em um primeiro momento, foram selecionados os integrantes e gestores da AAGRA (Associação de Agricultores Alternativos) que estão diretamente ligados às formas de mobilização dentro do território de estudo. Logo após a finanças solidárias representadas por instituições como a COOPERAGRE (Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Alagoano), o Banco Comunitário Olhos d'água e pelos comerciantes e moradores que se utilizam da moeda social Terra e por último a feira agroecológica incluindo produtores e consumidores.

Nesse sentido, foram realizadas 30 entrevistas semi-estruturadas, com questões abertas e fechadas formuladas a partir de trabalhos voltados para o mesmo objeto em estudo, de forma que a amostra foi construída de acordo com a seguinte distribuição:

- 01 gestor da Associação de Agricultores Alternativos.
- 08 comerciantes e moradores que utilizam a moeda social Terra dentro da perspectiva das finanças solidárias.
- 11 consumidores do comércio local e da feira agroecológica.
- 10 produtores rurais da feira de agricultura familiar de Igaci.

A quantidade de informações colhidas justifica-se pelo caráter exploratório da pesquisa e por tratar-se de uma atividade em que não há distribuição concentrada, mas dispersa. O formulário, que se encontra no apêndice, foi desenvolvido com o intuito de englobar questões pertinentes aos objetivos propostos nesta pesquisa, juntamente com a associação ao marco conceitual teórico.

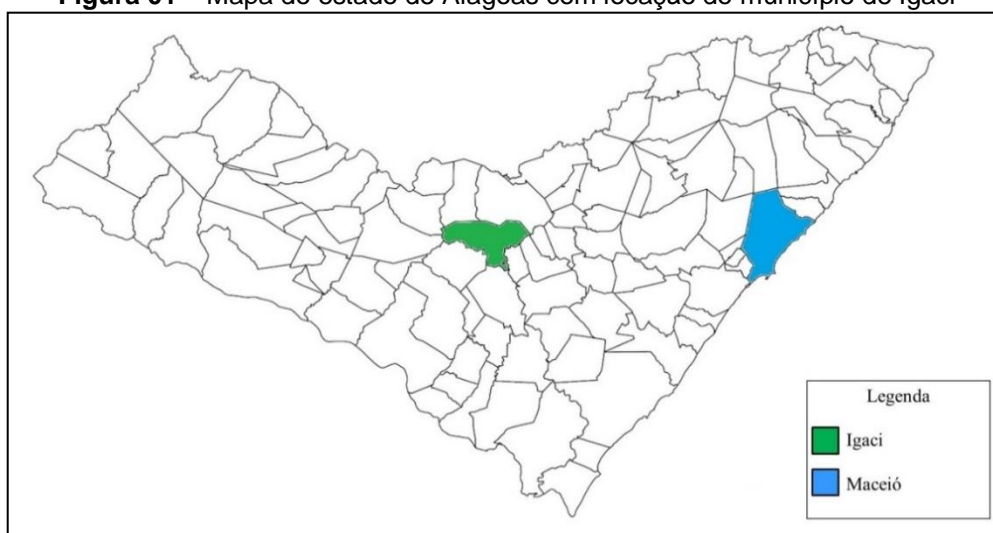
## 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão desenvolvidas a apresentação e a análise dos dados primários e secundários. Portanto, apresentam-se os resultados obtidos por meio das informações colhidas de forma documental e daquelas prestadas pelos entrevistados, ou seja, as organizações, as instituições, os comerciantes e os consumidores, os quais representam os atores das práticas da economia solidária em Igaci/Alagoas.

### 4.1. As formas de coordenação da economia solidária em Igaci/Alagoas

Inserido na Mesorregião do agreste de Alagoas (figura 01), entre Palmeira dos Índios e Arapiraca, o município de Igaci configura-se como um dos maiores municípios do interior do estado, possuindo 334,3 km<sup>2</sup> de extensão. De acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) trata-se de uma região predominantemente rural (Tabela 2) com forte participação da agricultura familiar, voltada para a subsistência e comercialização em programas públicos de aquisição de alimentos, além de mercados e feiras livres.

**Figura 01** – Mapa do estado de Alagoas com localização do município de Igaci



Fonte: Internet

**Tabela 1 – População de Igaci em 2010.**

<b>Habitantes</b>		<b>(%)</b>
<b>Urbana</b>	6.184	24,56 %
<b>Rural</b>	19.004	75,44 %
<b>Total</b>	25.188	100 %

Fonte: IBGE, (2010).

O município possui ainda um contingente significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade social e uma taxa de analfabetismo de 35,1% entre os indivíduos com faixa etária de 10 anos acima (MDS, 2013). Contudo, esse quadro não representa a totalidade de aspectos significativos do município, tendo em vista que há um conjunto de organizações atuantes que vem trabalhando para modificar a realidade local, especialmente no que tange ao meio rural.

A forma como a sociedade se articula e participa das ações do município é decisiva para o direcionamento das ações de desenvolvimento local. Nesse aspecto o município é emblemático, pois, encontra-se nele um conjunto de organizações comunitárias, representativas da população local, especialmente das áreas rurais, atuando em projetos de ação coletiva para o desenvolvimento territorial.

Destacam-se nesse território, as associações de produtores agroecológicos, associações comunitárias, grupos religiosos, ponto de cultura, agroindústria coletiva, cooperativas de crédito, grupos de agricultores e criadores de pequenos animais, escola de agroecologia e desenvolvimento sustentável, além de uma diversidade e quantidade significativa de eventos, fóruns e encontros que buscam promover ações para o desenvolvimento territorial, atuando em setores produtivos, serviços, política, cultura, educação e meio ambiente (LEAL, NAVAS, ALMEIDA, 2018).

Dentro das experiências e práticas da economia solidária em Igaci observa-se então uma emergência em traduzir e organizar o reflexo de objetivos e demandas da comunidade local. Segundo Barjolle e Sylvander (2002), esses objetivos são frequentemente ações integradas, em relação à comunidade em geral e a instituições públicas, mesmo em níveis não locais, e consagradas dentro de políticas que visam melhorias para todos de um determinado território.

A criação da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal de Alagoas (ITES/UFAL) – Campus Arapiraca em 2015 enquadra-se nessa questão, ao traduzir o exemplo de ação em que um dos diferenciais é a organização coletiva. Esse tipo de incubadora caracteriza-se como uma forma de inovação social que vem a estimular tanto a constituição ou fortalecimento de formas de auto-organização socioeconômicas, quanto formas de auto-organização sociopolíticas e socioculturais, numa plataforma de promoção de um outro modo de desenvolvimento local.

Dentro dos objetivos que se enquadram em contribuir para o desenvolvimento territorial através da incubação de redes locais de economia solidária, o ITES/UFAL promove a formação e capacitação em economia solidária; a produção, sistematização e divulgação científica no campo da economia solidária; a elaboração, desenvolvimento e implementação de tecnologias sociais; o apoio à formulação de políticas públicas para o desenvolvimento local e iniciativas de apoio ao desenvolvimento rural sob o eixo da agroecologia (UFAL, 2019).

Dessa forma, foi por meio do projeto “Economia Solidária no Agreste Alagoano: incubação de empreendimentos de finanças solidárias e comercialização da agricultura familiar”, que se observaram em Igaci alguns projetos em andamento, como a incubação da Associação de Agricultores Alternativos - AAGRA (Fortalecimento da feira de agricultura familiar de Igaci); fortalecimento da agricultura familiar; e implantação das finanças solidárias representada pela incubação do Banco Comunitário Olhos D'Água e da cooperativa de crédito.

#### **4.2. A Associação de Agricultores Alternativos - AAGRA**

A discussão acerca do associativismo situa-se no contexto da economia solidária presente em Igaci, apresentando-se como uma alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social. O que se observa no município vai ao encontro do dito por Frantz (2002) ao observar que as necessidades, os desejos e os interesses comuns em direção ao melhor impulsionam os sujeitos a agirem de forma coletiva, implementando ações que visam à concretização desses interesses comuns.

Atendendo a esses princípios, é criado em 1989 a Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA) em Igaci, instituição não governamental sem fins lucrativos,

que apoia os agricultores familiares com programas que visam promover a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias. Segundo o membro da AAGRA entrevistado, trata-se de uma alternativa dentro do sistema capitalista onde o ser humano é mais importante que o sistema financeiro, e a natureza mais importante que as máquinas.

Nas suas práticas há a priorização na participação e soberania alimentar, produção e organização das comunidades, através do incentivo a uma agricultura natural e ecológica, adotando alternativas de convivência com a seca e incentivando a geração de renda na agricultura familiar. Além disso, existem programas estratégicos que visam à produção e comercialização solidária; educação do campo e agroecologia; gestão de água para consumo e produção de alimentos.

Dessa forma, as capacitações direcionadas para os agricultores tem enfoque em formações continuadas sobre agricultura orgânica e agroecologia, onde os agricultores aprendem e resgatam práticas para produzir sem agredir o meio ambiente e a saúde. Novas tecnologias são implantadas pelos produtores em suas pequenas propriedades e vem comprovando que é possível produzir, gerar renda e ter qualidade de vida no campo.

Através de projetos de incentivo a criação de pequenos animais adaptáveis ao semiárido, como cabras, galinha caipira, bancos de sementes, entre outros, tem-se o direcionamento do estímulo à segurança alimentar, a geração de renda e a qualidade de vida para os agricultores e suas famílias, com acompanhamento técnico fornecido pela associação às propriedades. Além dos projetos agroecológicos, inclui-se também projetos para a construção de cisternas e a educação no campo com incentivo a leitura, esporte e cultura.

No entanto, entre as ações mais ativas de apoio da AAGRA está a Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Igaci, que ocorre semanalmente e é formada por agricultores familiares vinculados à Associação, os quais produzem seguindo os princípios agroecológicos. Além de proporcionar a estrutura e logística necessárias para a realização das feiras, a instituição atua também na compra de insumos de forma coletiva para os agricultores, priorizando, por exemplo, o uso de sementes sem tratamento químico, além de reduzir os custos para o pequeno agricultor.

Por fim, o que temos assim é que a AAGRA vem desenvolvendo em Igaci atividades e projetos que possibilitam a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, bem como a proteção do meio ambiente e o racionamento dos recursos naturais no território. Com isso, inúmeras reuniões, trabalhos em equipe, projetos e capacitações são desenvolvidas, onde a participação e comprometimento dos envolvidos acabam por se tornar o ponto alvo da instituição.

### **4.3. A feira agroecológica em Igaci**

Realizada desde 2015, a feira da agricultura familiar e economia solidária de Igaci ocorre semanalmente e no período da coleta de dados contava com 09 agricultores familiares vinculados a AAGRA e que produzem seguindo os princípios agroecológicos. Segundo os membros da associação, o objetivo central da feira é de fortalecer a produção e comercialização de grupos de pequenos agricultores que se encontravam nas comunidades rurais do Agreste e tenham dificuldade de escoamento da produção.

Dentro da iniciativa dos atores envolvidos na feira, há a formação de um processo dinâmico onde se negociam normas e padrões que, posteriormente, são estabilizados em um regimento aprovado na data de 06 de outubro de 2015. Destacam-se no regimento interno, alguns pontos que evidenciam a organização do grupo, como a realização de reuniões mensais; levantamento de dificuldades e encaminhamentos coletivos; sanções diversas; critérios para entrada de novos membros no grupo, como ser da agricultura familiar camponesa ou membro de um empreendimento da economia solidária; produzir de forma agroecológica; ter disponibilidade para participar das capacitações priorizadas pelo grupo, entre outros.

Pelo fato de ser uma iniciativa da economia solidária, o espaço de realização da feira não sofre nenhuma cobrança de taxa de utilização por parte dos órgãos municipais, favorecendo os preços praticados aos consumidores. Soma-se a isso que a compra de insumos de forma coletiva para os agricultores, priorizando, por exemplo, o uso de sementes crioulas, bem como a montagem e desmontagem das barracas ocorre sob responsabilidade da AAGRA para que os produtores não tenham custos adicionais com o transporte da estrutura física das mesmas.

Por ser uma feira agroecológica, algumas estratégias de fortalecimento da comercialização promovido, sobretudo pela ITES/UFAL foram, e estão sendo,

implementadas com a solicitação da certificação orgânica por Organismos de Controle Social (OCS), considerando que os agricultores já atuam sob esse tipo de manejo, e a elaboração de um website para divulgação de Feiras Agroecológicas.

Regulada pela Lei 10.831/2003 e Decreto Nº 6.323/2007, além de Instruções Normativas, a produção e comercialização dos produtos orgânicos no Brasil tem na certificação uma garantia formal de que produtos rotulados como orgânicos tenham de fato sido produzidos dentro dos padrões da agricultura orgânica e seguindo as normas definidas pelo MAPA, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2003;2007).

Conforme os membros da associação, não houve necessidade de adequações por parte dos agricultores para que se enquadrassem nas normas de produção orgânica, pois estes já apresentavam as características enquanto produtores agroecológicos. Dessa maneira, o pedido de cadastro via OCS foi realizado e a divulgação da feira ocorre através do website (<http://www.organicosalagoas.al.org.br>) de modo a ampliar sua atuação para o Estado de Alagoas, na perspectiva de divulgação de Feiras de Produtos Orgânicos e Agroecológicos existentes.

#### *4.3.1. Os produtores da feira agroecológica em Igaci*

Embora a agricultura tenha passado por processos de transformação e permaneça sempre pujante nos dias atuais numa “série evolutiva” (MAZOYER; ROUDART, 2010), todos os integrantes da feira se enquadram como agricultores familiares, de acordo com a Lei nº 11.326/2006, trazendo características como o autoconsumo e a comercialização do excedente.

Para Wanderley (2003) não se trata apenas de identificar os meios que esse agricultor obtém o consumo, mas de reconhecer a unidade produtiva como forma de reprodução da família, onde todos trabalham dentro dos princípios de coletividade, tanto dentro como fora do estabelecimento familiar, além das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc.

O trabalho agrícola no âmbito do município de Igaci é realizado sob o signo da divisão social do trabalho, embora isto não se dê de forma excessivamente

rígida. De acordo com os entrevistados, 45% das atividades são desempenhadas pelos dois juntos, tanto pelo homem quanto pela mulher. Embora o resultado de 33% indique que o homem faz o trabalho mais pesado, os entrevistados citam sempre a mulher como capaz de fazer qualquer atividade no campo, mas o homem segue em vantagem, pois geralmente possui mais força física para a realização desse trabalho pesado.

Nas reflexões sobre as variações do trabalho, aparece o entendimento do que vem a ser leve e pesado. Dentre os produtores entrevistados na feira, 88% eram do sexo feminino, onde a maioria (67%) considerava o trabalho dentro da agricultura pesado, contudo as entrevistadas afirmaram ainda que já estavam adaptadas, pois vivem no campo desde muito cedo. Para Brumer (2004) o caráter de pesado ou leve da atividade é relativa e culturalmente determinada. Na agricultura, a mulher, por exemplo, executa tanto serviços leves quanto pesados, como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas e carregar água em lugares distantes do domicílio.

No contexto dinâmico de cooperação e solidariedade, todos os produtores pesquisados estão associados à AAGRA e 55% participam também de outros movimentos sociais, como associações de comunidade, conselhos religiosos e da ASA (Articulação do Semiárido). Além disso, o grupo realiza constantes assembleias e reuniões de modo a organizar melhor o trabalho daqueles produtores que estão perdendo mercado, além de capacitações de modo a formar novos sujeitos da cooperação.

#### *4.3.2. Produtos e preços praticados*

Com uma oferta variada de produtos de origem vegetal, animal e processados, a feira oferece ao consumidor a vantagem que os preços praticados são semelhantes aos produtos convencionais encontrados no comércio local, possibilitando à população de renda mais baixa adquirir produtos de qualidade produzidos sob manejo agroecológico a preços justos, como observado na Tabela 1.



**Tabela 2** – Produtos comercializados e preços praticados na Feira de Igaci (Setembro e Outubro/2019).

Produtos	Unidade	Valor Unitário
Feijão de corda	Quilo	R\$ 5,00
Feijão carioca	Quilo	R\$ 4,00
Doces diversos	500g	R\$ 10,00
Castanha	100g	R\$ 3,00
Molho de pimenta	Unidade	R\$ 3,00
Abobora	Quilo	R\$ 2,00
Coco	Unidade	R\$ 4,00
Couve	maço	R\$ 1,00
Coentro	maço	R\$ 1,00
Ovo caipira	Dúzia	R\$ 8,00
Leite de vaca	Litro	R\$ 2,50
Doce de leite	150ml	R\$ 3,00
Pimentão	Unidade	R\$ 1,00
Batata Inglesa	Quilo	R\$ 2,00
Macaxeira	Quilo	R\$ 2,00
Limão	Unidade	R\$ 0,20
Bolo caseiro	Fatia	R\$ 2,00
Almoço comercial	Prato	R\$ 8,00
Cocada	Unidade	R\$ 1,00
Tapioca	Unidade	R\$ 1,00
Tapioca recheada	Unidade	R\$ 2,50
Copo de suco	250ml	R\$ 1,50
Massa Puba	Quilo	R\$ 5,00
Goma de tapioca	Quilo	R\$ 5,00
Pé de moleque	Unidade	R\$ 5,00
Tamarindo	Litro	R\$ 2,00
Café pronto	Copo	R\$ 1,00
Torta Doce	Fatia	R\$ 2,00
Batata doce	Quilo	R\$ 2,00
Mamão	Quilo	R\$ 2,00
Banana	Dúzia	R\$ 4,00
Cebolinha	Unidade	R\$ 1,00
Pimenta de cheiro	Pacote	R\$ 1,00
Abobrinha	Unidade	R\$ 1,00

**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria

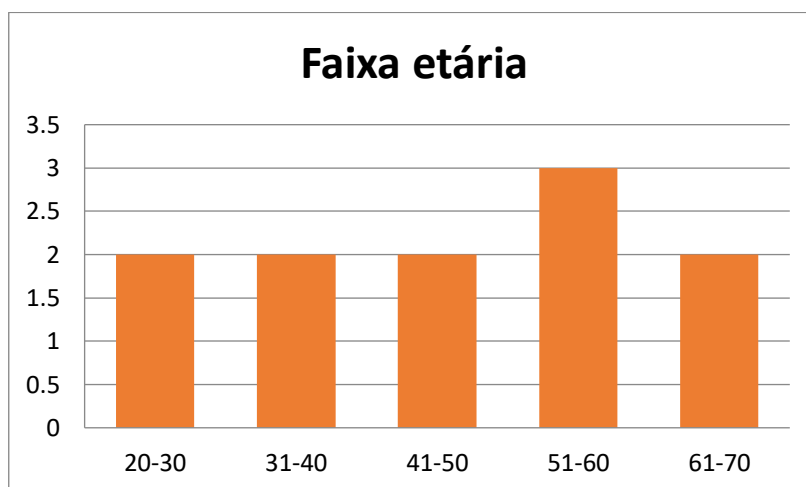
#### 4.3.3. Perfil Socioeconômico dos Consumidores da feira

Para o entendimento acerca do consumidor na Feira de Igaci, durante os meses de setembro e outubro de 2019 foi uma pesquisa objetivando traçar o seu perfil. Para o levantamento de dados utilizou-se a técnica de entrevista estruturada,

realizada com 11 consumidores, levantando dados socioeconômicos e sobre a compra de produtos da feira. A aplicação das entrevistas procurou cobrir todo o período da feira durante o dia e os consumidores foram escolhidos aleatoriamente de modo a garantir a representatividade da amostra.

Dentre o perfil dos consumidores, verificou-se que a principal faixa etária está entre 51 e 60 anos (Gráfico 01), sendo a maioria mulheres, com 73% dos entrevistados.

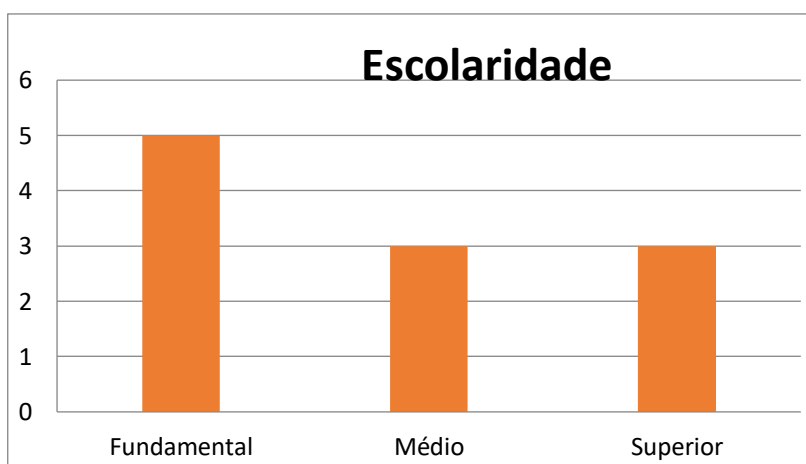
**Gráfico 01** – Faixa etária dos consumidores entrevistados na Feira de Igaci-AI



**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria

No que se refere à escolaridade dos consumidores da feira, percebe-se que a maioria dos entrevistados (45%) estudou até o ensino fundamental, conforme apresentado no Gráfico 02.

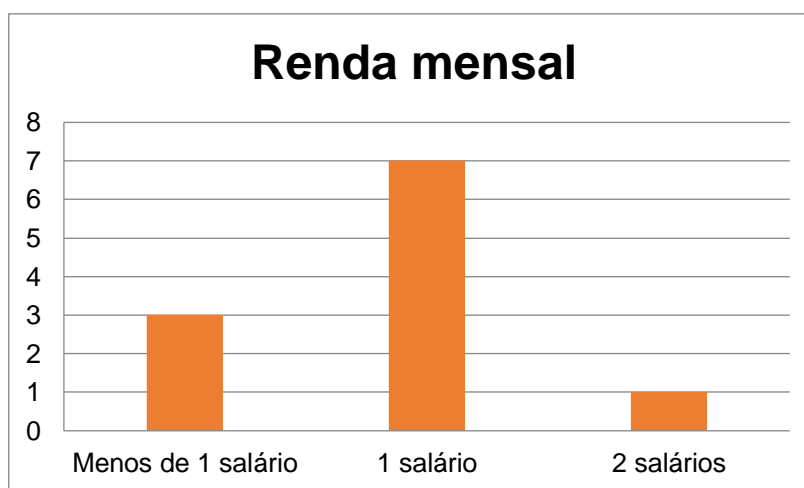
**Gráfico 02** – Escolaridade dos consumidores entrevistados na Feira de Igaci-AI



**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria

Com relação à renda (gráfico 03), a maior parte dos entrevistados se enquadra na chamada classe E, definido pela classe social pelo critério por faixas de Salário-Mínimo (IBGE). Chama atenção, entretanto, o fato que 27% dos consumidores pesquisados receberem menos que 01 (um) salário mínimo. O resultado encontrado vai de encontro a maioria das pesquisas que aponta que os consumidores desses produtos possuem nível superior, níveis de renda mais elevados e possuem os mais diversos acessos à informação.

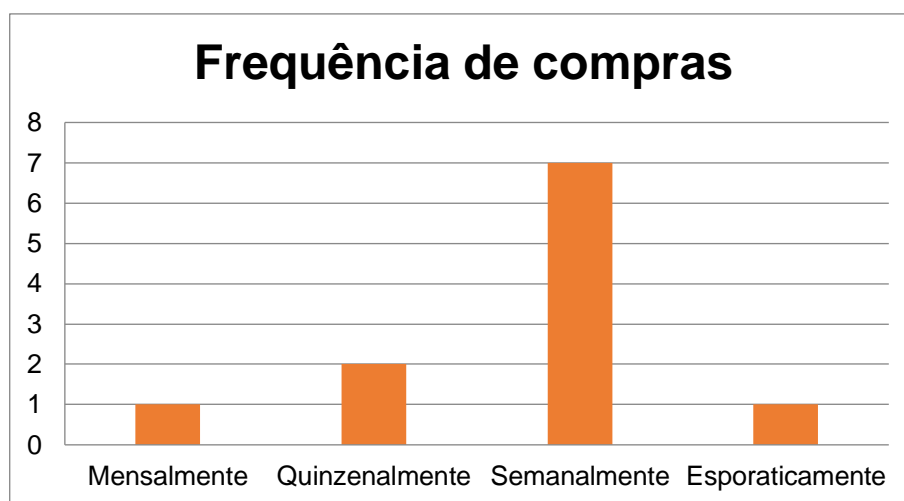
**Gráfico 03** – Renda média mensal dos consumidores entrevistados na Feira de Igaci-AI



**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria

Com uma frequência de compras semanal (Gráfico 04), a maioria dos consumidores da feira agroecológica em Igaci, (64% dos entrevistados), tem como principais motivadores para a compra a qualidade dos produtos, o preço semelhante ao do comércio local e a facilidade de chegar ao local de venda. Dentre os itens adquiridos, há predominância por hortaliças em geral, frutas e leguminosas, como o feijão representando 73% dos entrevistados. O valor médio gasto por consumidor com a compra de produtos na feira varia entre R\$32,00 a R\$100,00 ao mês.

**Gráfico 04** – Frequência de compras dos consumidores na feira da agricultura familiar



**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria

Seguindo os princípios da economia solidária e das formas de coordenação dentro de um território socialmente construído, 54% dos consumidores responderam ter algum tipo de proximidade com o feirante/agricultor da feira em Igaci, o que também funciona como um forte motivador para a compra. De acordo com Leal, Navas e Almeida (2018), são resultados que traduzem a atuação na região de instituições que trabalham com agroecologia e desenvolvimento sustentável desde 1989, como a AAGRA e o Movimento dos Trabalhadores do Campo (MTC), sendo este último um movimento autônomo, de classe camponesa e luta pela permanência no campo.

#### **4.4. As Finanças solidárias em Igaci – COOPERAGRE E Banco Comunitário Olhos D'Água**

De acordo com França Filho (2008), as finanças solidárias constituem formas próprias de auto-organização coletiva, baseado em princípios multidimensionais, que envolvem configurações híbridas na economia, sejam elas mercantis ou não mercantis, monetária e não monetária, em torno de necessidades territorialmente contextualizadas. Neste tópico serão abordadas as práticas de finanças solidárias representadas no território por instituições como a COOPERAGRE, o Banco Comunitário Olhos D'Água, bem como o uso da moeda social Terra.

#### *4.4.1. A Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Alagoano - COOPERAGRE*

Idealizada a partir do ano de 2004, a Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Alagoano (COOPERAGRE) nasce, conforme Franz (2002) dentro de uma renovação de iniciativas com formas próprias de auto-organização coletiva, encontradas por diferentes populações e demais grupos nos seus respectivos territórios, para fazer a gestão de recursos econômicos com base em princípios de solidariedade, confiança e ajuda mútua.

Neste mesmo ano, através de um processo de articulação com a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal de Alagoas (ITES/UFAL), houve a migração dos beneficiários do FUNDAF para a COOPERAGRE, onde os agricultores passaram a compor o seu quadro social, além de passar a contar com sede própria no município de Igaci.

Além do crédito disponibilizado, são oferecidas capacitações contínuas para lideranças comunitárias, para cooperados e futuros cooperados, buscando educá-los para a poupança e para a melhor utilização do crédito obtido. Para tanto, a COOPERAGRE conta com parcerias locais, estaduais e regionais, para o alcance dos seus objetivos, sempre fundamentada no aval solidário.

Com uma política de crédito bastante diversificada, os produtos e serviços oferecidos pela cooperativa visam proporcionar a inclusão financeira de seus cooperados, fomentando a produção rural, sua circulação e a produtividade das lavouras e a criação de animais. Segundo Leal, Navas e Almeida (2018) trata-se de uma alternativa para pessoas que não têm o acesso ao crédito tradicional e estão fora do mercado formal, por não possuírem as exigências cobradas pelos bancos comerciais.

A cooperativa oferece aos seus cooperados acesso a Crédito Pessoal para a compra de bens de consumo ou outros produtos, abertura de contas corrente e contas poupança, além de talão de cheque. Dentre os beneficiários desses serviços incluem-se o agricultor familiar, micro ou pequeno empreendedor, estando este filiado à cooperativa ou membro de um grupo solidário; cooperativa rural; associação rural e grupo solidário ou banco comunitário.

Os procedimentos para liberação envolvem não apenas o potencial de pagamento do solicitante, mas também as relações de confiança que prevalecem e

credenciam o solicitante. São compostos pelas seguintes fases: credenciamento da Associação Comunitária ou Grupo; divulgação e cadastramento dos beneficiários potenciais; análise e aprovação do crédito; liberação e acompanhamento do crédito; recuperação do crédito; recuperação do crédito inadimplente.

Segundo Leal, Navas e Almeida (2018) em uma região cuja população vive em condições precárias e que, em muitos casos, inexistente para o sistema financeiro tradicional, desse modo, é enorme o impacto causado pela disponibilidade de crédito oferecido pela COOPERAGRE ao agricultor, para que ele desenvolva a sua produção sem grandes dificuldades, o que evidencia o papel social que esta instituição desempenha em seu território, a partir do fortalecimento do associativismo na região.

#### *4.4.2. O banco comunitário Olhos d'água*

Iniciado em 2015, através de uma aproximação da ITES/UFAL com a Associação dos Agricultores Alternativos (AAGRA), o banco comunitário Olhos D'água em Igaci vem, a partir daí, formando toda uma estrutura que comporte a dinâmica associativa local, de modo a oferecer serviços como: moeda social circulante local, microcrédito solidário, correspondência bancária, além de outros paralelos como educação financeira e apoio à comercialização dos empreendimentos locais.

O seu processo de incubação apresenta um conjunto de singularidades e etapas, conforme o Quadro 02, a serem cumpridas uma vez que se trata de uma iniciativa de prestação de serviços financeiros e solidários voltado para diferentes demandas, sejam para um público com alto grau de vulnerabilidade social ou uma rede de produtores, consumidores, políticas públicas e organizações locais de mobilização política, cultural e/ou ambiental, com destaque para as relações de proximidade entre os atores.

**Quadro 02 – Fases da incubação do Banco Comunitário Olhos D'Água em Igaci- AL**

Fases da Incubação	Ações desenvolvidas
Fase I - Mobilização e sensibilização da comunidade.	Envolver os diferentes segmentos sociais, econômicos e políticos locais visando à construção de um amplo processo de participação realizado através de oficinas, reuniões e campanhas de comunicação. Fizeram parte desse processo entidades como a AAGRA, FUNDAF, ASA-Igaci, Grupo de produtores, grupo de jovens, Associações comunitárias e o ITES/UFAL.
Fase II - Módulo introdutório de formação.	Formar e capacitar os membros das organizações envolvidas no trabalho de constituição do banco comunitário, através de oficinas e intercâmbios, que buscavam despertar habilidades e conhecimentos necessários ao trabalho associado em comunidade e práticas de economia solidária.
Fase III - planejamento e organização.	Fortalecer os grupos produtivos para potencializar a agricultura familiar; fortalecer grupos de jovens apoiando a geração de trabalho e renda; fortalecer a economia local das comunidades de Igaci; fortalecer os movimentos sociais; incentivo a poupança, auto estima e consumo local, e realizar processos de formação para gestão de empreendimentos solidários e educação financeira das famílias.
Fase IV - capacitação dos agentes e articulação institucional.	Trata-se de aplicação de um curso prático visando o funcionamento operacional do banco comunitário Olhos D'Água, com ações de formação e capacitação dos agentes e membros do comitê de avaliação para análise e gestão do crédito, atendimento aos usuários, cadastro, avaliação do crédito, aval de vizinhança e grupo, acompanhamento da carteira de crédito, cobrança e gestão da moeda social.
Fase V - lançamento do banco.	Tratar do funcionamento em fase experimental do banco em que seus membros experimentam as primeiras dificuldades e desafios, buscando ajustes e realizar um evento com ampla mobilização e participação da comunidade para apresentar a comunidade e iniciar a prestação dos primeiros serviços do banco comunitário.
Fase VI - assessoria e acompanhamento.	Realizar visitas técnicas e atividades de intercâmbio metodológico no intuito de aperfeiçoar as ações e serviços realizados, com ações previstas de mapeamento socioeconômico da região e caracterização histórica e cultural; implantação da moeda social eletrônica (Terra); sistema de gestão do Banco Comunitário; parcerias com cooperativas de crédito; Fórum de Desenvolvimento Local; intercâmbios; formação e capacitação continuada, e; implantação do correspondente bancário da Caixa Econômica Federal.

**Fonte:** Elaboração própria baseada em (LEAL, NAVAS e ALMEIDA, 2018, p.35).

Dentro da economia solidária, as formas de representações também passam por impressões de singularidades históricas e culturais. O próprio nome escolhido para o banco comunitário e as logomarcas escolhidas, incluindo da moeda social, entram nesse contexto. A definição do nome levou em consideração o resgate do antigo nome do município, na época apenas um povoado chamado Olhos D'Água do Acirole, devido ao grande número de minadouros de água no território.

Para a logomarca do banco, decidiu-se pela representação da cisterna de placa e uma plantação de palmas (Figura 01), já que se trata de uma realidade bastante presente na Região do Semiárido. Da mesma forma a escolha dos símbolos correspondentes às cédulas da moeda social Terra, a escolha partiu de referências locais relacionadas ao contexto de práticas de trabalho e cultura. O próprio nome "Terra" busca resgatar a primeira experiência da região com circulação de moedas sociais na feira agroecológica.

**Figura 02** – Logotipo do banco Olhos D' Água e Moedas Sociais



**Fonte:** Portal da internet Prefeitura de Igaci (2019)

A partir então da conclusão das fases de incubação do banco comunitário Olhos D'água, definiu-se então trabalhar com três linhas de crédito, de acordo com a



destinação do empréstimo, que também define os juros a serem aplicados, taxas, prazo de pagamento e se o empréstimo é concedido em Real ou em moeda social. A primeira modalidade de crédito é voltada para consumo, em situações emergenciais, a segunda para agricultura e pecuária e a terceira destinada aos comerciantes e empreendimentos da economia popular.

Para tanto, o conselho gestor juntamente com suas representações definiu que esses serviços de microcrédito estariam voltados em todo o território do município de Igaci, juntamente a algumas outras condições como maioria, tempo mínimo de um ano de residência fixa no município, participação em organizações comunitárias, aval de vizinhos e associações.

Logo, o público-alvo ou público-usuário é constituído por agricultores familiares e agroecológicos, membros de grupos produtivos, membros de associações comunitárias, membros de cooperativas, famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, pequenos comerciantes e feirantes da região. Caso algum desses grupos seja de outro município, o requisito é que esteja vinculado a algum grupo produtivo da AAGRA.

Quanto ao uso da moeda social Terra, observa-se que a definição das regras e responsabilidades se baseiam na participação dos próprios usuários que criaram e fazem a gestão do banco comunitário, de modo a mobilizar a identidade e cultura local. Ao Banco, cabe a oferta de créditos, estabelecer a rede de adesão dos comerciantes e o acordo de uso da moeda social Terra; aos comerciantes, a prática de descontos, aceitar a moeda social e obedecer aos períodos de troca; e aos usuários, o ato de compra de produtos e serviços utilizando a Terra.

No monitoramento do uso dos recursos e do comportamento dos usuários acerca da utilização dos serviços financeiros do banco comunitário, observa-se em Igaci um conjunto de ações visando manter o equilíbrio do sistema e o bom uso dos recursos. Há uma exigência coletiva para que os usuários tomem conhecimento dos níveis de inadimplência pela não devolução dos créditos e que as penalidades sejam de fato aplicadas, para que possam manter seu nível de confiança e credibilidade do sistema.

Muito embora as possibilidades de negociação das penalidades sejam inúmeras, elas necessitam existir para que não se repitam os descumprimentos e que os demais usuários desconfiem da gestão do Banco. Para o microcrédito, a não

devolução acarreta na proibição de novas solicitações do usuário e de membros de sua família. Para a moeda Terra, a regra é que somente os comerciantes podem trocar as Terras por Real junto ao próprio banco comunitário, acarretando em não aceitação de novas solicitações de crédito caso haja descumprimento dessa regra.

#### *4.4.3. Percepção e formas de uso da moeda social Terra no território de Igaci/Alagoas.*

Trataremos neste momento do uso e da percepção relativo à moeda local por parte dos moradores e comerciantes tendo como plano de fundo o objetivo de compreendermos qual é a efetiva difusão de seu uso no município. Para tanto, a teoria frisa que para que a moeda local seja efetivamente utilizada no cotidiano das pessoas, tanto entre os moradores dos bairros, como também pelos estabelecimentos comerciais e/ou de serviços, é primordial que haja uma relação de confiança entre esses atores e a moeda local.

Dos 08 moradores entrevistados no município de Igaci, todos moram no município a mais de 20 anos sendo o mais antigo residente há 65 anos e o mais recente há 21 anos. Nesse conjunto de respondentes, todos conhecem a moeda social Terra e declararam ainda usá-la. Isso explica o fato de grande parte dos empreendimentos que compõem o circuito monetário informar que tem recebido um fluxo contínuo de moeda social nas suas vendas, confirmando o crescimento do fluxo de moeda social no circuito.

No uso da finança solidária no território, 87,5% dos respondentes informaram que se utilizam do crédito para consumo disponibilizado pelo banco Olhos d'Água, dentre os três oferecidos. Da mesma forma, esse percentual de indivíduos pesquisados retorna esse crédito em Igaci através de consumo, indicando aceitação da moeda social entre os comerciantes e moradores da comunidade.

A confiança na moeda, por conta, sobretudo do trabalho de divulgação, torna-se norteador desse processo, além de um prévio cadastro dos comerciantes que aceitam receber a moeda. Para os entrevistados, o principal uso da moeda Terra se dá em estabelecimentos do tipo mercadinhos, farmácias, salão de beleza, lanchonetes, restaurantes, postos de gasolina e armazéns de construção.

De acordo com Rigo (2014), o destaque para a função social é inerente ao uso dessas moedas. Corroborando com isso, Caillé (2002) nos mostra que esse sistema em movimento criado pela atuação dos bancos comunitários no território assentado no uso de uma moeda social exprime também alguns paradoxos. De acordo com os entrevistados que usam a moeda, principalmente os empreendimentos locais, há tanto expectativas positivas quanto negativas tanto para eles mesmos quanto para o bairro de modo geral.

Quando perguntados sobre as melhorias causadas pela moeda social no município de Igaci ou até mesmo se ajudou a melhorar as relações de vizinhança, 75% responderam pouco ou nada. Embora a teoria nos diga que a confiança é o que permeia as relações entre o banco comunitário e a comunidade, o uso da moeda Terra está condicionado à satisfação de uma necessidade econômica. Embora os moradores confiem no banco e na moeda, a satisfação de uma necessidade ou o interesse ganha destaque quando se trata da decisão de usar ou não a moeda.

Com relação à utilidade social da moeda Terra, sobre ter melhorado as vendas ou a renda das famílias, 87,5% dos respondentes também informaram pouco ou nada. Uma tese dessa percepção negativa deve-se talvez ao fato de Igaci ser uma comunidade atendida por programas governamentais de incremento de renda o que pode, de certa forma, mascarar o papel político e simbólico da moeda, além do papel econômico importante mesmo nesse contexto de aumento de liquidez.

Vale ressaltar que a oferta de crédito via mecanismos exclusivamente de mercado ainda deixa grande parcela da população, sobretudo aquela mais pobre, sem acesso a recursos. Soma-se a isso que o uso das moedas sociais entre aqueles que acessam renda via programas governamentais permite que, pelo menos em parte, esses recursos permaneçam no território.

Em sentido oposto, 75% dos entrevistados responderam que a moeda faria diferença muito ou totalmente tanto para o município quanto aos empreendimentos locais caso deixasse de circular. Neste caso, o uso simbólico da moeda se manifesta na imagem positiva em que se constituiu o município de Igaci como “o lugar da economia solidária quem tem um banco e usa uma moeda própria”, imagem esta que existe até mesmo fora dos limites do município.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo das práticas dentro da economia solidária em Igaci/ Alagoas percebe-se a forma como a sociedade se articula e participa das ações do município, sendo decisiva para o direcionamento das ações de desenvolvimento do município. Foram encontrados a partir da pesquisa de campo um conjunto de organizações comunitárias, representativas da população local, especialmente das áreas rurais, atuando em projetos de ação coletiva para o desenvolvimento territorial.

Em um primeiro momento, percebeu-se que o associativismo/cooperativismo em Igaci tem funcionado como uma forte ferramenta da economia solidária no município. Graças à atuação da Associação dos Agricultores Alternativos (AAGRA) há toda uma mobilização no sentido de orientar e acompanhar os agricultores durante todo o processo de aquisição dos insumos, produção e venda dos produtos agroecológicos, capacitação tanto os jovens quanto adultos em relação ao campo e suas formas de produção agroecológica e sustentabilidade.

Ademais, torna-se claro que, a partir da produção agroecológica, os consumidores são duplamente beneficiados, uma vez que estes possuem acesso a produtos de excelente qualidade e com preços baixos, visto que durante a produção não são utilizados agrotóxicos ou formas exploratórias de produção, além da eliminação de atravessadores ou revendedores, haja vista que são os próprios agricultores que vendem os produtos na feira.

De modo a incluir aquela parcela da população que muitas vezes fica alheia dos serviços de crédito existentes devido aos processos burocráticos exigidos pelas instituições bancárias, as cooperativas de crédito e os bancos comunitários apresentam-se de extrema importância. As finanças solidárias atuantes no território Igaciense são representadas pela COOPERAGRE e pelo Banco Comunitário Olhos D'Água, empreendimentos com papel fundamental, tanto na qualidade de vida quanto na condição financeira dos agricultores, dando acesso a recursos que outrora não dispunham.

Fica evidente também que a moeda social Terra, embora a maioria dos comerciantes afirme que a moeda não tenha causado melhorias ou elevado as suas receitas, possui um alto grau de importância para eles, uma vez que é por meio dela

que se garante que parte da moeda circulante fique restrita ao município, evitando assim o êxodo de recursos. Trata-se assim de um instrumento de fortalecimento da economia local e financiamento do consumo, satisfazendo as necessidades básicas das famílias de Igaci.

A realização do estudo apresentou algumas limitações, mais especificamente no que se refere à pesquisa de campo. No processo de entrevistas com os comerciantes, o principal problema encontrado deveu-se ao fato de que a maioria destes se encontravam muito distantes um dos outros e da feira agroecológica, restringindo assim o número de entrevistas apenas aqueles presentes na feira. A segunda problemática ocorre pela não realização in loco às plantações dos agricultores da região, dada a limitação de tempo destinado a pesquisa de campo.

Por fim, fica claro assim que a economia solidária possui várias vertentes pelas quais ela pode se desdobrar, analisamos aqui algumas delas e com isso pudemos perceber as formas de mobilizações dos agentes dentro do território, necessitando apenas que se avaliem as capacidades locais e se trabalhe em cima delas. Como sugestão para trabalhos futuros, é interessante que sejam explorados assuntos que estejam além desta pesquisa, sempre em termos de inserção de indivíduos de certa forma excluídos, e de como são proporcionados e distribuídos todos os benefícios aos envolvidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARJOLLE, B.; SILVANDER, B. Some factors of success for origin labelled products in agro-food supply chain in europe: market, internal resource and institutions. *Economie Rurale*, edição especial, 2002.

BRASIL. Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro 2007. Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Acesso em 01 de outubro de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 10831, de 23 de dezembro 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Acesso em 01 de outubro de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF, 16 de dez. 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm). Acesso em 18 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF, 10 de jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm#indice](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm#indice). Acesso em 18 jul. 2019.

BIRCHALL, J. *The International Cooperative Movement*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher agricultura do Rio Grande do Sul. In: *Revista de Estudos Feministas*. Universidade Federal de Santa Catarina: UFSC, 2004.

CAILLÉ, Allain. *Antropologia do Dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis RJ: Vozes, p 7-139. 2002.

CALDAS, Nádia Velleda et al. Certificação de produtos orgânicos: Obstáculos à implantação de um sistema participativo de garantia na Andaluzia, Espanha. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 50, n. 3, 93 455-472, set. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032012000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000300004&lng=en&nrm=iso). Acesso em 23 set. 2019.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. *Salvador: Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 45, p. 219-232, abr./jun., 2008.

GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica. Produção de terceiros sobre Paulo Freire; Série Livros*, 2009.

GAIGER, Luiz. "Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários". *Revista Lua Nova*, 83: 79-109, 2011.

\_\_\_\_\_. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.28, n.82, pp.211-228, 2013.

GAIGER, Luiz & LAVILLE, Jean-Louis. “Economia solidária”, in A. Cattani et al. (orgs.), Dicionário internacional da outra economia, Coimbra, Almedina, pp. 162-168, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, p. 44-45, 2002.

GUERRA, Pablo. Socioeconomia de la solidaridad. Montevideu, Nordan – Comunidad, 2002.

IBGE- Censo Demográfico 2010. Metodologia do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013 (Série Relatórios Metodológicos, v. 41). Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295987>. Acesso em 02 de novembro de 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Carta de Conjuntura. 2º Trimestre. nº 43. 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/taxa-de-desemprego/>. Acesso em 30 ago. 2019.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília. Inep, 104p, 2005.

KUNZLER, Mali Teresinha; BULGACOV, Sergio. As estratégias competitivas e colaborativas e os resultados individuais e coletivos no associativismo rural em Quatro Pontes (PR). Revista de Administração Pública, v. 45, n. 5, p. 1363-1393, 2011.

LAGO, A.; HEGEDÜS, P. de; MACHADO, J. A. D. ; FAGAN, S. Principais causas do não associativismo entre agricultores familiares do município de Nova Palma (RS, Brasil) e estratégias de extensão. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza-CE. Anais XLIV Congresso da SOBER, v. Único, 2006.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEONELLO, João Carlos. O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária. 2010. 145 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

LEAL, Leonardo Prates; NAVAS, Rafael ALMEIDA, Suzanny Carla Santos. Economia Solidaria em Alagoas: Incubação de Empreendimentos de Finanças Solidarias e Agricultura Familiar. Curitiba: CRV, 106 p, 2018.

LIMA, Margarida Maria Feliciano de. Projeto de economia solidária no BNB: subsídios para avaliar a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

Tese (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2008.

MAZOYER, Marcel, ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cens SUAS 2013. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/sagissl/censo2013/auth/index.php>>. Acesso em: 23 de novembro de 2013.

MILANI, Ana Maria Rita; GRADE, Marlene. Desenvolvimento local e economia solidária um caminho possível: a experiência das mulheres solidárias de Roraima. Revista Economia Política do Desenvolvimento, v. 4, n. 12, p. 51-67, 2011.

MIRANDA, Denise. Associativismo rural, agroindústria e intervenção: estudo de caso em uma associação de produtores familiares. Dissertação de Mestrado. UFLA, 1998.

MURDOCH, J.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Quality, Nature and Embeddedness: some theoretical considerations in context of the food sector. Economic Geography, v. 76, n. 2, p. 107-125. 2000.

MTE/ SENAES - Atlas da Economia Solidária no Brasil. Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária Disponível em [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies\\_ATLAS\\_PARTE\\_1.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf). Acesso em: 1 novembro de 2019. realizada em Brasília, em junho de 2006.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

OCB- Agenda institucional do cooperativismo. Publicações. Disponível em <https://www.ocb.org.br/publicacoes>. Acesso em 20 de novembro de 2019.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de; SANTOS, Josefa de Lisboa. DO PIONEIRISMO DE ROCHDALE AO COOPERATIVISMO/ASSOCIATIVISMO NO CAPITALISMO—UMA ANÁLISE DO CONTROLE DO ESTADO NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO. Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS), v. 14, n. 1, 2012.

PERETTI, Ana Paula de Rezende; ARAUJO, Wilma Maria Coelho. Abrangência do requisito segurança em certificados de qualidade da cadeia produtiva de alimentos no Brasil. Gestão e Produção. São Carlos. V. 17, n. 1, p. 35-49, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-530X2010000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2010000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso em 24 Set. 2019.

PINTO, João. Economia solidária: de volta à arte da associação. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

PIRES, M. L. L. S. O Cooperativismo Agrícola Como Uma Forma de Neutralizar as Desvantagens Competitivas da Agricultura Familiar. Em análise a Coopercaju. In:



XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, RS, Brasil, 2010.

RIGO, A. S. Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações teóricas e práticas. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 329-368, 2002.

SANTOS, Aline. “O processo de trabalho capitalista e a dinâmica das fábricas recuperadas”. Economia Solidária e Ação Cooperativa, 2 (2): 77-89, 2008.

SEGUNDO, João Joaquim de Melo Neto; MAGALHÃES, Sandra. Bancos comunitários. Boletins do IPEA – Mercado de Trabalho, Vol 41, 2009.

SILVA, Sandro Pereira. Economia Solidária e Finanças de Proximidade: Realidade Social e Principais Características dos Empreendimentos de Finanças Solidárias no Brasil. Brasília: IPEA, jan. 2017. (Texto para discussão, n. 2.270). Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7423/1/td\\_2270.PDF](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7423/1/td_2270.PDF). Acesso em 24 set. 2019.

SILVERMAN, D. Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. Trad. Magda França Lopes. Por Alegre: Artmed, 2009.

SINGER, Paul. Economia solidária. [Entrevista cedida a] Paulo de Salles Oliveira. Estudos avançados, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução a Pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

UFAL – Universidade Federal de Alagoas. Pesquisa e Inovação - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – ITES. Acesso em 10 de novembro de 2019.

VEIGA, Sandra Mayrink. Pensando o Brasil, a economia solidária e o desenvolvimento local. Acesso em 15 de novembro de 2019, em [http://fmf.marista.edu.br/down/rs\\_ESDL.pdf](http://fmf.marista.edu.br/down/rs_ESDL.pdf), 2004.

VERONESE, Marília. Psicologia social e economia solidária. São Paulo, Ideias & Letras, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro, In: Estudos Sociedade e Agricultura, nº 21, [p. 42-62], 2003.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. **Revista IDeAS**, 2009.

## APÊNDICE

Protocolo para coleta de dados (roteiro de entrevistas, observações in loco, pesquisa bibliográfica e documental).

### Formulário 01 - Associação de agricultores alternativos -AAGRA

Roteiro de Entrevistas - Membros da AAGRA - Associação de Agricultores Alternativos
1 - Como nasceu a AAGRA - Associação de Agricultores Alternativos?
2 - Quais ações ou programas foram e estão sendo implementados pela Associação em benefício dos produtores?
3 - O que mudou na comunidade depois da criação da Associação?
4 - Como se dá a divisão do trabalho dentro da AAGRA (Associação)? O que fazem os homens e o que fazem as mulheres?
5 - De que forma os membros da AAGRA e dos Comunitários de modo geral lidam com o meio ambiente? (Como ocorre a conservação do meio ambiente).
6 - O que você entende por cooperação?
7 - Que tipo de relação social ocorre na comunidade para o sucesso da AAGRA?

## Formulário 02 – Produtores rurais da feira de agricultura familiar

Roteiro de Entrevistas - Produtores rurais da feira de agricultura familiar de Igaci/AL			
<b>1- Identificação do informante</b>			
1.1 - Idade _____	Homem [ <input type="checkbox"/> ]	Mulher [ <input type="checkbox"/> ]	1.2 - Procedência/ Origem: _____
1.3 - Escolaridade: _____	1.4 - N° de filhos: _____		1.5 - Escolaridade _____
1.6 - Membro da AAGRA Sim [ <input type="checkbox"/> ] Não [ <input type="checkbox"/> ]			
<b>2 - Sondagem sobre Trabalho</b>			
2.1 - Que atividade de trabalho você realiza na comunidade?			
2.2 – Quais são os produtos agrícolas que você produz e como ocorre a venda desses produtos?			
2.3 – Como você considera o trabalho na agricultura, leve ou pesado? Justifique.			
2.4 – Como você se vê como agricultor? Fale sobre a sua profissão			
2.5 – Quem você acha que trabalha mais o homem, a mulher ou os dois juntos?			
2.6 – Como ocorre a divisão do trabalho entre homens e mulheres? O que faz o homem e o que faz a mulher?			
2.7 – Você é filiado a algum sindicato? *[ <input type="checkbox"/> ] sim [ <input type="checkbox"/> ] não Qual?			
2.8 - Participa de algum movimento social? [ <input type="checkbox"/> ] sim [ <input type="checkbox"/> ] não Qual?			
2.8 - Você gostaria de participar de algum movimento social? [ <input type="checkbox"/> ] sim [ <input type="checkbox"/> ] não			
2.9 - De que forma a comunidade se organiza para viver como grupo e para lutar por seus direitos?			



## Formulário 04 – Finanças solidárias e uso da moeda social Terra

Entrevista com comerciantes -Moeda social Terra / Banco Comunitário Olho d'água.					
Número: _____		Entrevistador: _____		Data: ___ / ___ / 2019	
<b>1- Questões Introdutórias</b>					
Você mora no município de Igaci?		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	Se sim, há quanto tempo? _____	
Você conhece a moeda social Terra?		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não*	[Se não, pare aqui]	
Você já usou a moeda social Terra?		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não*	[Se não, pare aqui]	
Hoje, você usa a moeda social Terra?		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não*	[Se não, pare aqui]	
Hoje, você usa <sup>1</sup> a moeda social Terra?					
e não, Por que? (Aponte sucintamente a resposta): _____					
Nota <sup>1</sup> Usa = receber, aceitar, comprar com moeda social Terra					
<b>2 - De QUEM e COMO você ACESSA ou RECEBE a moeda social Terra? [Para os casos em que usa a moeda ainda hoje]</b>					
<input type="checkbox"/> Tomando Empréstimo no Banco. Quais: <input type="checkbox"/> Consumo <input type="checkbox"/> Produtivo <input type="checkbox"/> Habitacional <input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> Empresarial					
<input type="checkbox"/> Trocando direto Reais por moeda Terra no Banco					
<input type="checkbox"/> Recebendo troco nos empreendimentos locais. De que tipo: <input type="checkbox"/> farmácia; <input type="checkbox"/> mercadinho; <input type="checkbox"/> salão de beleza					
<input type="checkbox"/> Recebendo troco nos empreendimentos locais. De que tipo: <input type="checkbox"/> farmácia; <input type="checkbox"/> mercadinho; <input type="checkbox"/> salão de beleza					
<input type="checkbox"/> lanchonete; <input type="checkbox"/> restaurante; <input type="checkbox"/> lan-house; <input type="checkbox"/> Outro tipo: _____					
<input type="checkbox"/> outra forma. Qual? _____					
<b>3- ONDE e COMO você GASTA a moeda social Terra?</b>					
<input type="checkbox"/> Pagando empréstimo no Terra. Quais: <input type="checkbox"/> Consumo <input type="checkbox"/> Produtivo <input type="checkbox"/> Habitacional <input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> Empresarial					
<input type="checkbox"/> Pagando contas diversas no Banco Comunitário Olhos d'água					
<input type="checkbox"/> Outra forma. Qual? _____					
<b>4 - Percepção sobre a moeda Terra, sua relação com as transformações do território e sua utilidade social (N –Nada; P-Pouco; M-Muito; T-Totalmente) (apenas para os que disseram que já usaram e/ou usam a moeda social Terra)</b>					
1	A moeda Terra ajudou a melhorar o município de Igaci?	N	P	M	T
2	A moeda Terra foi útil para o município de Igaci?	N	P	M	T
3	A moeda Terra ajudou a melhorar sua vida no município de Igaci?	N	P	M	T
4	Conheceu mais pessoas ou fez novos amigos depois do uso da moeda Terra no município de Igaci?	N	P	M	T
5	A moeda Terra ajudou a melhorar as relações de vizinhança no município de Igaci?	N	P	M	T
6	A moeda Terra ajudou a aumentar suas vendas?				
7	A moeda Terra ajudou a aumentar a renda da sua família?	N	P	M	T
8	A moeda Terra fez aumentar o consumo dentro do município de Igaci?	N	P	M	T
9	Hoje, a moeda Terra é útil para você e/ou seu empreendimento?	N	P	M	T
10	Hoje, você acha que se moeda Terra deixasse de circular, faria diferença para o município de Igaci?	N	P	M	T
11	E hoje em dia, você acha que se moeda Terra deixasse de circular, faria diferença para você e/ou seu empreendimento?	N	P	M	T